

de Coimbra e da Câmara Municipal de Vila do Conde tendo contado com os patrocínios da Cartolito, de Viseu, e Inatel de Coimbra.

O Prémio foi entregue na Academia Portuguesa da História, no dia 9 de Julho de 2003, em sessão solene presidida pela Senhora Secretária de Estado do Ensino Superior.

Congresso Internacional “Santarém e o Infante Santo – 600 Anos”

A Câmara Municipal de Santarém promoveu um Congresso Internacional sobre “Santarém e o Infante Santo – 600 anos”, que teve lugar, nesta cidade, nos dias 26 a 28 de Setembro de 2003. Santarém, a terra natal de D. Fernando, o último descendente do rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre, que o viu nascer a 29 de Setembro de 1402, quis evocar este seu filho ilustre. Acto, a todos os títulos louvável, de memória do passado local. Mas que, neste caso, pelo relevo da figura, é também um acto de memória do passado nacional. Na plena convergência das memórias das pequenas e da grande Pátria.

Durante três longos dias, carregadamente preenchidos com sessões científicas, entre cerca de uma dúzia de conferências e mais de duas dezenas de comunicações, desenvolveu-se a ambiência enquadradora de Quatrocentos e Quinhentos a nível do reino ou da cidade de Santarém, estudaram-se as múltiplas facetas da dinastia de Avis e incidiu-se, com particular ênfase, como se impunha, sobre aspectos da vida, religiosidade, cultura, morte, culto e memória do Infante D. Fernando. Partilhou-se o saber, discutiram-se ideias. E todos, assim o cremos, mais se enriqueceram.

Santarém esteve em destaque como cidade tantas vezes acolhedora da dinastia avisina e como berço do nascimento de D. Fernando. Conheceu-se o debate nas letras santarenas em torno do retratado na estátua a erguer em tempos do Estado Novo, que se traduziu afinal na figura do infante D. Fernando. Visualizou-se, através de uma prosa histórica ficcionada, o frémio da cidade para acolher a corte, esperando o Infante Santo. Avivaram-se aspectos artísticos relacionados com a

passagem pela cidade do grande pintor lisboeta Diogo de Contreiras, secundado por uma pléiade de artistas locais seus discípulos, com destaque para o Mestre da Romeira. E um conhecimento ao vivo deste centro escalabitano, através das suas ruas e dos monumentos que assinalam as marcas do seu rico passado, foi captada na interessantíssima visita guiada que então foi oferecida.

Buscou-se o retrato de um tempo e de uma época, focado sob diversos prismas. Percorreu-se a sociedade quatrocentista, fixando-se os estudos sobre a “velha” nobreza e a “nova” nobreza ultramarina ou sobre a burguesia e a sua mentalidade comercial e de abertura ao mundo. Conheceu-se mais de perto a problemática que rodeou a política portuguesa de expansão para o Norte de África e as vicissitudes do desastre de Tânger, e intentou-se, pelo olhar do “outro”, desvendar o impacto da presença portuguesa à luz das fontes marroquinas, se bem que estas pouco nos digam, numa obliteração deliberada da época em causa. A nível do pensamento, reteve-se a expressão filosófica de Raimundo Lull sobre o sentido da conquista portuguesa. No plano artístico fixou-se o olhar sobre pinturas quinhentistas existentes em Lisboa com a iconografia de S. Roque.

Mas o infante escalabitano era filho de um rei ilustre e irmão de príncipes nobilíssimos. Este enquadramento geracional foi amplamente destacado com o retrato, de traços fortes e marcantes, da dinastia de Avis. Conheceram-se as raízes históricas da memória da Ínclita Geração. Evidenciaram-se as figuras da rainha D. Filipa de Lencastre e de D. Leonor de Aragão, esposa de D. Duarte, numa tentativa de sondar a sua influência na vida de D. Fernando, ou focou-se o desempenho dos príncipes de Avis à frente das Ordens Militares, aproximando-as à esfera da influência política da corte. Com particular relevância foram enunciadas as marcas culturais da geração avisina, atentando no humanismo literário da corte de Avis, perspectivado sobretudo a partir de D. Duarte e da sua obra *Leal Conselheiro*, conhecida pelos livros clássicos que a inspiraram e dissecada nas linhas estruturais do seu conteúdo. Não menos se falou da fixação da língua portuguesa nas traduções e produção literária medieval, com relevo para a *Corte Imperial*, o *Horto do Esposo*, o *Bosco Deleitoso* e a ampla prosa da

família de Avis ou em torno dela. Igualmente se procurou reconstituir a vivência musical na corte de Avis e o impulso dado pelos seus monarcas ao ensino oficial da música. E não esteve também esquecido o narrador por excelência do rei fundador da dinastia avisina, o cronista Fernão Lopes.

Alvo central das abordagens foi, como seria de esperar, a figura do infante D. Fernando. Percorreram-se os trilhos da sua vida e casa senhorial no seu todo ou, mais em particular, atentou-se no “milagre” do seu nascimento, no seu perfil psicológico, esboçado pelos autores de Quatrocentos, ou no seu protagonismo como Mestre de Avis. D. Fernando, como os seus irmãos, era um varão culto. Logo, não foi esquecido o relevo a dar à análise do humanismo que perpassa na sua cultura, em íntima conexão com a de seu irmão, o infante D. Pedro. E uma atenção específica foi prestada a algumas das suas leituras do foro religioso, místico e filosófico, com incidência nas obras *A Escada Espiritual de S. João Climaco* ou no *Livro do Desprezo do Mundo* de Isaac de Ninive, existindo deste último um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que, como foi minuciosamente demonstrado, não poderá ser, como alguns querem, o exemplar pertencente à biblioteca fernandina. Não deixaram igualmente de se conhecer os escritórios e a escrita de gestão da sua casa e património, como também a sua epistolografia e chancelaria da casa mestral de Avis.

Destacaram-se os traços da sua religiosidade e espiritualidade crística e mística. Para no epílogo de uma vida, que se redimensionará pela morte, se relevarem as terríveis dificuldades do seu cativo e martírio, que elevaram D. Fernando ao modelo do santo que deu a vida pela fé e pela pátria ou às suas projecções mítica e mística que o apontam como herói ou santo. Uma particular atenção ao culto e devoção régia e popular, que não sancionada oficialmente pela Igreja, ao Infante Santo não deixou, pois, como seria inevitável, de estar presente, ficando no ar o repto para a retomada do seu processo de canonização.

Da sua pessoa se passou à sua memória, tomando como obra capital a peça de teatro de Calderón de la Barca, *El Principe Constante*. Foram conhecidas as fontes literárias inspiradoras desta obra e apresentou-se o confronto das variâncias entre o manuscrito e a edição *princeps* no que

toca à criação da imagem do Herói Santo. Mas sobremaneira todos os congressistas tiveram oportunidade de ver a sua magnífica representação nessa bela jóia artística que é o Convento de S. Francisco. E num outro edifício religioso do rico património escalabitano, a Igreja da Graça, foi a música da época que, com muito agrado, se escutou.

Mas essa memória foi também captada nas obras de arte, conhecendo-se a iconografia fernandina no seu todo ou particularizando-se a escultura de D. Fernando no portal da igreja de Santa Maria de Belém, o retrato do Infante guardado no Museu Nacional de Arte Antiga ou descobrindo-se a sua figura nos Painéis de S. Vicente. Não menos se captaram os traços da sua imagem ao longo da literatura portuguesa, com ênfase em certas obras de literatura ou história do século XX e nas construções ideológicas do Estado Novo. E, para terminar com o brilho da memória escrita, foi lançada a obra de António Manuel Ribeiro Rebelo, a *Vida do Infante Santo*, que torna acessível ao grande público a biografia do infante D. Fernando.

Foi um saber simultaneamente abrangente e específico, literário ou artístico, histórico ou filosófico, que nestes dias se divulgou e apreendeu. E desde hoje na galeria dos infantes da Ínclita Geração, que os homens dos séculos XX e XXI homenagearam, o Infante D. Fernando ganha relevo. Se D. Henrique foi o infante sempre encomiado em todas as manifestações históricas e propagandísticas do Estado Novo, se recentemente a cidade de Viseu lembrou os varões de Avis que nela haviam nascido, D. Duarte, o herdeiro do trono, num Congresso em 1991, e D. Henrique num outro em 1993, se a cidade de Coimbra recordou o seu duque D. Pedro, resgatando a sua *damnatio memoriae*, num Congresso realizado em 1992, hoje Santarém trouxe para a ribalta a vida, morte e memória do infante que nela veio ao mundo, D. Fernando. Lembrando aquele príncipe que acrescentou aos valores cavaleirescos, virtuosos e cultos da construída memória da geração de Avis a suprema valia da santidade e do martírio.

Na evocação dos escalabitanos como na dos portugueses ficou mais viva a imagem do infante que tinha por divisa “Le Bien me plaît” e por empresa, muito simbolicamente, a roseira que, pelos seus espinhos, evoca o martírio. Martírio do infante que perdeu a vida pela sua pátria, a terra

dos seus *patres*, dos seus antepassados, guerreiros valentes e fiéis cristãos que ele, com o seu *exemplum*, mais dimensionou e exaltou.

Maria Helena da Cruz COELHO

Congresso Regional – Património Cultural das Misericórdias (Coimbra, 14 e 15 de Novembro de 2003)

Decorreu em Coimbra nos dias 14 e 15 de Novembro de 2003 o *Congresso Regional – Património Cultural das Misericórdias*, evento patrocinado pela União das Misericórdias Portuguesas e organizado pelo Departamento da Cultura da Misericórdia de Coimbra, secção da Santa Casa presidida por um membro do CHSC, a Prof^a Maria José Azevedo Santos, e integrando ainda outros dois dos seus investigadores, Fernando Taveira da Fonseca e Maria Antónia Lopes.

Pretendia-se com o Colóquio reunir e sensibilizar os responsáveis das Misericórdias da Região Centro para a importância da preservação dos espólios documentais e artísticos à sua guarda e, tantas vezes, sobretudo os primeiros, completamente descurados.

Ouviram-se historiadores, historiadores de arte e arquivistas. Marcaram também presença, com comunicações, representantes do Instituto Português de Museus, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e da Comissão do Património da União das Misericórdias Portuguesas. Prestaram os seus testemunhos, em sessão dirigida pelo Dr. José Lopes Cavalheiro (Provedor da Santa Casa de Coimbra), os Secretariados Regionais das Misericórdias dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu e Lisboa; e a actividade do Departamento da Cultura da Misericórdia de Coimbra foi apresentada num Painel coordenado pelo Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro (Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Misericórdia de Coimbra) como exemplo do muito que, a esse nível, as Misericórdias podem realizar.